

'Juros externos não deverão cair'

Da sucursal de
BRASILIA

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, reconheceu ontem, pela primeira vez, que as taxas de juros nos Estados Unidos não deverão baixar este ano. E lamentou que isso venha a aumentar as dificuldades do Brasil em suas contas externas. Na opinião do ministro, as taxas de juros nos Estados Unidos só começarão a declinar em 1985, "dependendo da administração da política econômica norte-americana".

A necessidade da queda das taxas de juros no mercado internacional e a eliminação das barreiras protecionistas impostas pelas nações industrializadas às exportações dos países em desenvolvimento são os principais temas do discurso que o ministro da Fazenda fará num simpósio econômico em Davos, na Suíça, na próxima semana.

Segundo Galvêas revelou ao Estado, ele vai apontar no simpósio que a persistência das taxas de juros em níveis elevados no mercado internacional dificulta o processo de ajustamento dos países em desenvolvimento. E que ao Brasil "não resta senão admitir que o peso da dívida externa é basicamente representado pela elevação das taxas de juros". E lamentará que os juros permaneçam elevados no mercado internacional, "enquanto os Estados Unidos continuarem financiando seu déficit vendendo papéis no mercado com taxas altas".

O simpósio em Davos será realizado de 27 deste mês a 1º de fevereiro. É uma promoção anual, durante a qual se discute a situação da economia mundial em plenário e em sessões específicas, com a participação de banqueiros, empresários e ministros das Finanças de vários países. Este ano, entre outros, participarão figuras como Raymond Barre, ex-primeiro ministro da França. Uma



Arquivo

Na opinião do ministro, taxas cairão apenas em 1985

das principais questões será a dívida externa das nações em desenvolvimento, que já alcança mais de US\$ 700 bilhões.

A situação do Brasil, como o maior devedor do mundo, acumulando uma dívida em torno de US\$ 100 bilhões, deverá ser a mais debatida. E nesse caso o ministro da Fazenda vai reiterar o apelo às nações industrializadas no sentido de que não entrem no comércio internacional com a imposição de barreiras protecionistas. Vai assegurar que, com ou sem protecionismo, o Brasil pretende pagar sua dívida externa, por meio de aumento nas exportações, mas enfatizará que o protecionismo atrapalha bastante o ajuste econômico das nações em desenvolvimento.

"Se as nações industrializadas cumprissem aquilo que decidiram na reunião de Williamsburg, ano passado, estaríamos com as avenidas do comércio internacional abertas, e o problema da dívida dos países em desenvolvimento iria reduzir-se substancialmente", frisou Galvêas. Por isso, no seu discurso na Suíça, o ministro pretende reiterar a expectativa de que os países industrializados ajam de acordo com o que, academicamente, têm anunciado.

O ministro viaja domingo aos Estados Unidos, na expectativa de assinar o contrato do "empréstimo-jumbo" na segunda-feira, em Nova York. Na quinta-feira, ele viaja a Zurique, acompanhado do seu assessor para Assuntos Internacionais, Tarciso Marciano da Rocha, para

participar do simpósio de Davos e aproveitar a ocasião para também aprofundar contatos com banqueiros de peso da comunidade financeira internacional.

PROBLEMAS

Os cálculos oficiais, feitos com a supervisão do Fundo Monetário Internacional, previam uma taxa de juros nos Estados Unidos em torno de 10% no primeiro semestre, e de 9% no segundo, sobre a parcela variável da dívida externa. Com isso, o pagamento de juros este ano ficaria em torno de US\$ 11 bilhões.

Ocorre que a taxa situa-se hoje em 10,5% e os principais operadores do mercado financeiro internacional não têm dúvida de que sofrerá elevação, por causa do enorme déficit norte-americano. Isso significa que o Brasil pagará, pelo menos, US\$ 13 bilhões em juros durante 1984, o que implica duas coisas: ou a necessidade de o País obter superávit comercial maior ou retorno ao mercado financeiro, na tentativa de novo "jumbo" mais para o final do ano, para assegurar o fechamento das contas. Parece evidente, também, que a meta oficial, de um déficit em transações correntes de apenas US\$ 6 bilhões, contra os US\$ 7,7 bilhões previstos em 1983, não se materializará.

Mais de 80% da dívida externa brasileira estão sujeitos a taxas flexíveis de juros. Isso significa que uma alteração da taxa em um ponto percentual implica alteração de pagamento de juros em mais de US\$ 500 milhões. As projeções oficiais são de que a dívida externa chegará em dezembro a US\$ 100,8 bilhões, dos quais US\$ 92,8 bilhões de médio e longo prazos, e o restante de dívida não registrada (curto prazo). Se as taxas subirem, esse cálculo também terá de ser revisto.